



GOVERNO DE  
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
E CIÊNCIA

*Escola EBI João de Deus – Cód. 242 937*

*Escola Secundária 2 - 3 de Clara de Resende – Cód. 346 779*



AGRUPAMENTO DE CLARA DE RESENDE

*Cód. 152 870*



## PROJETO EDUCATIVO DO AGRUPAMENTO

Proposta de revisão

Conselho Pedagógico de 8 de janeiro de 2019

Alínea a) do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho

Aprovado pelo Conselho Geral em 15 de janeiro de 2019

# **Agrupamento de Escolas de Clara de Resende**

## **Porto**

### **Índice**

**I. Introdução**

**II. Missão**

**III. Visão e Valores**

**IV. Diagnóstico Estratégico (Análise Swot)**

**V. Plano Estratégico: Objetivos, Ações, Estratégias e Metas**

**VI. Monitorização e Avaliação do Projeto Educativo**

**VII. Comunicação e Divulgação do Projeto Educativo**

**VIII. Anexos**

**Anexo 1.** Critérios de Formação de Turmas

### **Referências bibliográficas:**

**Alves, J.M.** (1998). *Organização, Gestão e Projeto Educativo das Escolas*. Porto: Edições ASA.

**Bolívar, A.** (2012). *Melhorar os Processos e os Resultados Educativos: O que nos ensina a investigação*. Porto: Fundação Manuel Leão.

**Carvalho, A. (Org.).** (1994). *Projeto Educativo*. Porto: Edições Afrontamento.

## I. Introdução

projeto s.m. (Do latim *projectus*).

1. O que se pretende fazer, intento, plano.

*In* Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea.

O projeto educativo do Agrupamento de Escolas de Clara de Resende constitui-se como o documento

“que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas (...), elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa” (Artigo 9º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho), sendo também um elemento estruturante da identidade do agrupamento, pois segundo (Carvalho & A/Diogo, 1994) “o projeto educativo permite à escola a apropriação de um certo espaço de liberdade, afirmando-se, face à comunidade, como detentora de um projeto que lhe propiciará a identificação e o reconhecimento.”

Este projeto educativo (PE) resultou de uma análise de diagnóstico que permitiu conhecer as potencialidades e fragilidades do agrupamento e as oportunidades e ameaças externas (análise SWOT).

Foram ainda tomados como referência na reformulação do presente Projeto Educativo os seguintes documentos:

- projeto educativo anterior;
- relatórios de avaliação externa 2010 e 2013;
- referencial da avaliação externa;
- relatórios de avaliação interna;
- plano de melhoria do agrupamento.

O produto que se apresenta deverá ser também um processo, sujeito a avaliação e aperfeiçoamento constantes pois “uma escola que aprende e trabalha eficientemente adapta-se à mudança e progride de modo contínuo” (Bolívar, 2012).

## II. Missão

O agrupamento de Escolas Clara de Resende é uma instituição pública comprometida em prestar à comunidade que serve um serviço educativo de qualidade, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes dos seus deveres e direitos, numa Escola orientada pelo princípio da igualdade de oportunidades de sucesso, por padrões de exigência e responsabilidade. Pretende também valorizar a aprendizagem e o conhecimento, enquanto requisitos para o prosseguimento de estudos e para a integração no mundo do trabalho.

## III. Visão e Valores

### III.1. Visão

Formar alunos autónomos, responsáveis, solidários, curiosos, interventivos e felizes, tendo por horizonte um aluno capaz de, pelas suas competências, conhecimento e valores, se tornar um cidadão de pleno direito.

Pretende-se que o Agrupamento de Escolas Clara de Resende se assuma como uma instituição:

- aberta, plural e inclusiva, reconhecida pela qualidade e relevância das atividades que desenvolve;
- de excelência, com capacidade para ministrar todos os graus de ensino, do 1º ciclo ao ensino secundário, apostando essencialmente nos cursos científico-humanísticos;
- com uma gestão orientada por objetivos estratégicos, sustentada em sistemas de informação e comunicação eficazes, na transparência de procedimentos e na racionalização e sustentabilidade dos recursos;
- que diversifica as práticas pedagógicas, com vista à melhoria da qualidade das aprendizagens;
- que proporciona aos alunos com necessidades educativas especiais um percurso educativo adequado;
- que promove a partilha de saberes e de experiências, integrando projetos internos, locais, nacionais e/ou internacionais;
- que cultiva a solidariedade como valor que conduz à realização pessoal;
- que cria condições para o desenvolvimento profissional do corpo docente e não docente;
- que promove o envolvimento dos encarregados de educação na vida escolar, levando-os a comprometerem-se com o trabalho quotidiano dos seus educandos.

### III.2. Valores

O Agrupamento pretende promover:

- a formação pessoal, social e cívica dos alunos;
- o respeito pelo outro, a solidariedade, a equidade, a justiça, o rigor, o empenho, a responsabilidade e o empreendedorismo como valores fundamentais;
- a democraticidade, a cooperação, a participação e a colegialidade como critérios de referência no funcionamento da organização;
- o desenvolvimento do valor do trabalho, de uma cultura de rigor, da cooperação e da responsabilidade na comunidade escolar conducentes a um ambiente favorável ao ensino e à aprendizagem.

### IV. Diagnóstico Estratégico (Análise SWOT)

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Forte incidência nas dimensões académicas do currículo como orientação estratégica do trabalho docente (AEE 2013).</li> <li>– Práticas de monitorização e avaliação dos resultados escolares, com repercussão nas decisões relativas à organização do processo de ensino e aprendizagem e no bom desempenho dos alunos (AEE 2013<sup>1</sup>).</li> <li>– Trabalho cooperativo de professores, com expressão nas equipas pedagógicas, potenciador da adequação da ação pedagógica e curricular (AEE 2013).</li> <li>– Reconhecimento da qualidade do Agrupamento pela comunidade educativa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Monitorização das anulações de matrícula/desistências no ensino secundário (AEE 2013).</li> <li>– Envolvimento reduzido dos alunos no processo de auto-avaliação organizacional (AEE 2013).</li> <li>– Aumento pontual do número de participações disciplinares e de procedimentos disciplinares.</li> <li>– Supervisão da prática letiva em casos devidamente identificados, enquanto instrumento para desenvolvimento profissional dos professores.</li> <li>– Taxa significativa de faltas de assiduidade e de pontualidade.</li> <li>– Apropriação insuficiente do Projeto Educativo, do</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>– Liderança do órgão de gestão.</li> <li>– Inexistência de abandono escolar, no ensino básico.</li> <li>– Comunicação entre diretores de turma, professores e pais/encarregados de educação (AEE 2013).</li> <li>– Participação em projetos de cultura de escola em horário extra-escolar.</li> <li>– Bom relacionamento com instituições parceiras do agrupamento.</li> <li>– Envolvimento dos pais e encarregados de educação na atividade “Alunos e Pais na Escola”.</li> </ul>	Regulamento Interno e demais documentos orientadores do agrupamento.
---	--

Constrangimentos	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Aumento significativo do número de alunos do agrupamento.</li> <li>– Desadequação entre o número de alunos por turma e a dimensão das salas de aula.</li> <li>– Alteração do perfil docente do agrupamento o que obriga a um esforço acrescido de transmissão da cultura educativa aos “novos” professores.</li> <li>– Flexibilidade do trabalho docente, nomeadamente da diversificação de tarefas a assumir.</li> <li>– Insuficiência de recursos humanos ao nível de assistentes operacionais.</li> <li>– Aumento do número de alunos inscritos nos serviços de ação social escolar em resultado da alteração da situação socioeconómica do país e das famílias.</li> <li>– Redução dos recursos financeiros do agrupamento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Elevada procura do Agrupamento por alunos e famílias (AEE 2013).</li> <li>– Oferta do ensino secundário baseada nos cursos científico-humanísticos.</li> <li>– Imagem positiva e prestigiada das escolas do agrupamento.</li> <li>– Visibilidade social dos projetos do agrupamento.</li> <li>– Taxas de sucesso escolar (avaliação interna e avaliação externa) acima da média nacional.</li> <li>– Reforço da dinamização da Biblioteca como recurso para aprendizagens interdisciplinares e promoção da leitura recreativa.</li> </ul>

<sup>(1)</sup> Relatório de Avaliação Externa das Escolas’2013, da Inspeção Geral de Educação e Ciência.

## V. Plano Estratégico: Objetivos, Ações, Estratégias e Metas

Tendo em conta a análise SWOT acima descrita, o anterior projeto educativo, o Relatório de Avaliação Externa da IGEC (janeiro 2013) e o plano de melhoria do agrupamento, definiram-se dois eixos prioritários em torno dos quais se estabelecem as linhas de acção:

- resultados (académicos e sociais);
- prestação do serviço educativo (planeamento e articulação, práticas de ensino e monitorização e avaliação das aprendizagens).

PLANO DE AÇÃO – PRIORIDADE 1.1 **Resultados Académicos**

OBJETIVOS	AÇÕES	AVALIAÇÃO	
		Critérios de análise/indicadores	Metas
<p>Melhorar os resultados escolares dos alunos que usufruem de planos de acompanhamento pedagógico individual (PAPI).</p> <p>Manter as taxas de sucesso nos 1.º, 2.º e 3.º ciclos e aumentar em 2% as percentagens de sucesso no ensino secundário.</p>	<p>Análise e reflexão sobre os resultados da avaliação sumativa interna e externa (Departamentos, Conselho Pedagógico e Conselho Geral).</p>	<p>Resultados escolares internos, por período, e dos resultados externos.</p>	<p>Manter a taxa de transição entre ciclos por referência ao histórico do agrupamento.</p> <p>Ensino Básico – manter os resultados da avaliação externa (Português e Matemática) acima da média nacional.</p> <p>Ensino Secundário – reduzir o número de disciplinas em que a diferença entre a média da classificação interna de final (CIF) e a média da classificação de exame (CE) ultrapasse os dois valores.</p>

PLANO DE AÇÃO – PRIORIDADE 1.2 **Resultados Sociais**

OBJETIVOS	AÇÕES	AVALIAÇÃO	
		CrITÉRIOS de análise/indicadores	Metas
<p>Melhorar a disciplina ao nível do comportamento, da pontualidade e da assiduidade.</p> <p>Sensibilizar a comunidade para a necessidade de um clima de serenidade e disciplina.</p> <p>Prevenir os problemas disciplinares através do acompanhamento dos possíveis casos-problema, quer a nível individual, quer de turma.</p> <p>Cumprir as regras de funcionamento na sala de aula e nos espaços comuns, de acordo com a legislação em vigor, o Regulamento Interno do Agrupamento e demais.</p> <p>Fazer cumprir escrupulosamente o dever de assiduidade e de pontualidade.</p> <p>Co-responsabilizar os Pais/EE pelos comportamentos dos seus educandos, ao nível do comportamento, assiduidade e pontualidade.</p>	<p>Definição de estratégias de receção e acolhimento dos novos elementos da comunidade educativa (alunos, encarregados de educação, docentes, não docentes).</p> <p>Manutenção do funcionamento de uma equipa disciplinar.</p> <p>Acompanhamento das situações diagnosticadas de indisciplina.</p> <p>Atuação disciplinar, em tempo útil, no sentido de manter um clima de aula propiciador do ensino e da aprendizagem.</p> <p>Co-responsabilização dos Pais/EE no cumprimento das regras de funcionamento na sala de aula, nas actividades de complemento curricular e nos espaços escolares.</p> <p>Cumprimento dos normativos legais relativamente aos deveres de assiduidade e pontualidade, por parte do aluno, do PTT/DT e do Pais/EE.</p>	<p>Número de medidas corretivas e/ou sancionatórias.</p> <p>Número de participações de professores, funcionários, alunos e EE.</p> <p>Número de contactos com pais/encarregados de educação, no âmbito de problemas de comportamento, assiduidade e pontualidade.</p>	<p>Diminuir a taxa de ocorrências disciplinares por referência a:</p> <p>2012/2013 – 126 incidentes disciplinares envolvendo 12% dos alunos da escola sede;</p> <p>2013/2014 – 229 incidentes disciplinares envolvendo 18% dos alunos da escola sede;</p> <p>2014/2015 - 200 incidentes disciplinares envolvendo 15% dos alunos da escola sede.</p> <p>Aumentar a taxa de pontualidade e de assiduidade.</p> <p>Melhorar a colaboração dos Pais/EE na resolução de assuntos disciplinares (comportamento, assiduidade e pontualidade).</p>
<p>Implementar projetos e medidas de intervenção educativa.</p> <p>Otimizar o relacionamento com o parceiro Porto de Futuro (Cerealis).</p>	<p>Participação em projetos diversos.</p> <p>Envolvimento dos alunos do D.L. n.º 3/2008, de 9 janeiro, em projetos.</p>	<p>Número de projetos desenvolvidos e respetivo âmbito.</p> <p>Número de turmas, docentes, alunos e não docentes envolvidos.</p> <p>Número de atividades extracurriculares, de complemento curricular e não curriculares implementadas.</p>	<p>Desenvolver, na comunidade educativa, atitudes conducentes à prática efetiva da cidadania, solidariedade, tolerância, respeito e abertura a opiniões e culturas diferentes.</p> <p>Desenvolver o sentido de pertença nos elementos da comunidade educativa.</p>

PLANO DE AÇÃO – PRIORIDADE 2.1 **Prestação do Serviço Educativo – Planeamento e Articulação, Práticas de Ensino e Monitorização e Avaliações das Aprendizagens**

OBJETIVOS	AÇÕES	AVALIAÇÃO	
		Critérios de análise/indicadores	Metas
<p>Articular as aprendizagens na transição entre ciclos, especialmente nas disciplinas de Português e de Matemática.</p> <p>Melhorar a articulação curricular vertical em cada ciclo de ensino.</p> <p>Promover estratégias de articulação horizontal.</p>	<p>Reuniões de Equipa Pedagógica (REP).</p> <p>Reuniões de articulação vertical e horizontal.</p> <p>Reuniões de coordenação curricular por secção:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ deteção de lacunas na aprendizagem e no desenvolvimento de competências;</li> <li>▪ definição de estratégias de superação de dificuldades diagnosticadas/identificadas;</li> <li>▪ programação das atividades curriculares em função da planificação disciplinar;</li> <li>▪ aferição do cumprimento da planificação disciplinar;</li> <li>▪ aferição de instrumentos de avaliação sumativa (estrutura e critérios de correção e classificação);</li> <li>▪ aferição dos critérios de avaliação de final de período;</li> <li>▪ partilha de materiais.</li> </ul>	<p>Atas de coordenação curricular, de departamento e de secção disciplinar e do relatório anual de avaliação interna (CAI).</p>	<p>Optimizar o trabalho colaborativo.</p> <p>Rentabilizar o trabalho de coordenação pedagógica, desenvolvido nas reuniões de equipa, numa perspetiva de articulação horizontal.</p> <p>Rentabilizar o trabalho de coordenação curricular, desenvolvido nas reuniões de equipa pedagógica, numa perspetiva de articulação horizontal.</p> <p>Manter os resultados da avaliação externa acima da média nacional.</p>
<p>Promover atividades de carácter multi e interdisciplinar nos Conselhos de Turma.</p>	<p>Visitas de estudo.</p> <p>Atividades de carácter multi e interdisciplinar.</p>	<p>Relatórios das visitas de estudo e de outras atividades de carácter multi e interdisciplinar.</p> <p>Plano Anual de Atividades do Agrupamento.</p> <p>Relatório de execução do PAA.</p>	<p>Organizar de visitas de estudo e outras atividades de aprendizagem numa perspetiva multi e interdisciplinar.</p>



<p>Optimizar o uso da língua na compreensão e na expressão oral e escrita.</p> <p>Implicar todo o agrupamento no cumprimento do carácter transversal da Língua Portuguesa.</p>	<p>Correção, nos instrumentos de avaliação de todas as disciplinas, da ortografia e da sintaxe dos textos produzidos.</p> <p>Inclusão do domínio da Língua Portuguesa na avaliação sumativa de todas as disciplinas.</p> <p>Promoção de hábitos de leitura nas aulas de Oferta Complementar, implementando o Plano Nacional de Leitura em parceria com a Biblioteca Escolar.</p> <p>Promoção do empréstimo domiciliário de livros em todos os ciclos de ensino.</p> <p>Envolvimento dos Pais e Encarregados de Educação nos hábitos de leitura dos seus educandos.</p>	<p>Planificação, em todas as disciplinas, de momentos de oralidade (debate, apresentação oral,...).</p> <p>Avaliação transversal do domínio da Língua Portuguesa.</p> <p>Relatório de avaliação do desenvolvimento do Plano Nacional de Leitura.</p> <p>Relatório de avaliação do Plano Anual de Atividades.</p>	<p>Melhorar a expressão oral.</p> <p>Melhorar a expressão escrita.</p> <p>Melhorar a competência de leitura.</p> <p>Aumentar a taxa de empréstimo domiciliário de livros.</p>
<p>Fomentar o espírito científico em todos os ciclos de ensino, nas várias áreas disciplinares.</p>	<p>Realização de atividades de carácter laboratorial e/ou de investigação em todos os ciclos de ensino.</p>	<p>Número de atividades de carácter laboratorial e/ou investigação realizadas em todos os ciclos de ensino.</p>	<p>Desenvolver o espírito científico nas várias áreas disciplinares.</p>
<p>Acompanhar/monitorizar alunos com necessidades educativas especiais e alunos com dificuldades de aprendizagem.</p> <p>Disponibilizar apoios para desenvolvimento de capacidades.</p> <p>Acompanhar/monitorizar alunos com problemas psicossociais.</p> <p>Preparar os alunos para avaliação externa nos anos terminais de ciclo.</p> <p>Disponibilizar sala de estudo.</p>	<p>Constituição de grupos de apoio de nível (nível A – superação de dificuldades; nível B – desenvolvimento de capacidades).</p> <p>Constituição de grupos de trabalho de preparação para avaliação externa.</p> <p>Nomeação de professores tutores.</p> <p>Constituição temporária de grupos de homogeneidade relativa em termos de desempenho escolar.</p> <p>Funcionamento da sala de estudo.</p>	<p>Relatório da Equipa Pedagógica (apoios educativos).</p>	<p>Dinamizar atividades conducentes à inclusão de todos os alunos.</p>

<p>Reforçar a modalidade de avaliação formativa, a par da diagnóstica e sumativa.</p> <p>Reforçar a auto-avaliação como estratégia de regulação e co-responsabilização dos alunos.</p> <p>Dar continuidade à atividade Pais na Escola.</p> <p>Monitorizar as potenciais situações de abandono escolar e de exclusão por faltas.</p> <p>Monitorizar as anulações de matrícula no ensino secundário.</p>	<p>Reforço dos momentos de avaliação formativa.</p> <p>Clarificação dos parâmetros de auto-avaliação.</p> <p>Elaboração de uma ficha de auto-avaliação comum por disciplina e ano de escolaridade.</p> <p>Realização da atividade Pais na Escola.</p> <p>Acompanhamento das potenciais situações de abandono escolar, de exclusão por faltas e de anulação de matrícula no ensino secundário.</p>	<p>Atas das diversas estruturas de orientação educativa.</p> <p>Ficha de auto-avaliação comum por disciplina e ano de escolaridade.</p> <p>Número de casos de abandono escolar, de exclusão por faltas e de anulação de matrícula no ensino secundário.</p> <p>Relatório de execução do PAA (avaliação da atividade Pais na Escola).</p>	<p>Reforçar o número de atividades de avaliação formativa.</p> <p>Desenvolver nos alunos o espírito de auto-avaliação.</p> <p>Diminuir o número de situações de abandono escolar, de exclusão por faltas e de anulação de matrícula.</p>
<p>Desenvolver planos de formação do pessoal docente e não docente.</p>	<p>Diagnóstico das necessidades de formação do pessoal docente e não docente em função das prioridades do Projeto Educativo.</p> <p>Elaboração do plano anual de formação, articulando as ofertas do Centro de Formação e dos parceiros da escola.</p>	<p>Número e âmbito de ações de formação frequentadas por docentes e não docentes.</p>	<p>Proporcionar ao pessoal docente e não docente a formação necessária para um exercício cabal das suas funções.</p>

## **VI. Monitorização e Avaliação do Projeto Educativo**

A implementação do PEA será acompanhada e monitorizada pela Comissão de Avaliação Interna (CAI), pelo Conselho Pedagógico e pela Direção Executiva, que elaborarão relatórios anuais. Estes relatórios serão analisados e discutidos nas diversas estruturas de orientação educativa.

## **VII. Comunicação e Divulgação do Projeto Educativo**

Página da escola e apresentado formalmente nas diversas estruturas de orientação educativa.

## **VIII. Anexos**

### **Anexo 1. Critérios de Formação de Turmas**

#### ***Princípios Gerais:***

- 1 Aplicar, no primeiro ano de cada ciclo de escolaridade, o princípio legal da heterogeneidade colocando em cada turma Alunos que registem percursos de vida e escolares diversificados (apoios dos SASE ou ausência desse apoio; frequência ou não frequência de jardins de infância;...).

Excetua-se o caso dos Alunos ao abrigo do protocolo do ensino articulado.

Com o objetivo de garantir uma efetiva heterogeneidade social, os Pais e Encarregados de Educação devem preencher no momento da inscrição a ficha socioeconómica elaborada pela Comissão de Avaliação Interna do Agrupamento.

- 2 Integrar na mesma turma em cada ano de escolaridade, os Alunos do Ensino Articulado, sempre que possível.
- 3 Constituir as turmas com a disciplina de Educação Moral e Religiosa de acordo com os critérios legais em vigor.
- 4 Distribuir os Alunos pelas turmas por forma a manter o equilíbrio relativamente à idade, sexo, dificuldades de aprendizagem e historial de comportamento, quando possível, nomeadamente no primeiro ano de cada ciclo de escolaridade.
- 5 Observar o estabelecido nos normativos legais relativamente ao número de alunos por turma, salvo se, em situações excecionais, a inclusão de mais um aluno impedir a formação de mais uma turma.
- 6 Ponderar as opções dos Alunos de acordo com os objetivos do ciclo de estudos.
- 7 Observar o princípio da continuidade das turmas, em cada ciclo, mas procurando respeitar as recomendações dos respetivos Professores Titulares de Turma / Conselhos de Turma.
- 8 Ponderar a transferência de turma dos(s) Alunos(s) que apresentem problemas comportamentais.
- 9 No caso dos Alunos retidos no 1º ciclo ponderar a sua transferência ou manutenção na turma de origem.  
Nos 2.º e 3.º ciclos, distribuir os Alunos retidos, de forma equitativa pelas várias turmas, tendo em atenção o seu nível etário.  
No ensino secundário, distribuir uniformemente os Alunos retidos, de acordo com as possibilidades das turmas/disciplinas do Aluno, se estiverem dentro da escolaridade obrigatória.
- 10 No ensino secundário, se o número de turmas não satisfizer o número de candidatos à frequência das mesmas, pertencendo ou não ao Agrupamento, têm preferência os Alunos que se encontram ao abrigo da escolaridade obrigatória.

- 11** Sempre que no relatório técnico-pedagógico seja identificada como medida de acesso à aprendizagem e à inclusão a necessidade de integração do aluno em turma reduzida, esta não pode incluir mais de dois alunos nestas condições.
- 12** No caso de ser necessário retirar Alunos de uma turma, solicitar-se-á o parecer do respectivo Professor Titular de Turma / Diretor de Turma.
- 13** O Encarregado de Educação poderá requerer por escrito, pelo prazo de cinco dias úteis e após a afixação das listas das turmas, a transferência de turma do seu educando, fundamentando devidamente a razão desse pedido. Cabe ao Diretor deferir, ou não, o requerimento por razões de ordem pedagógica/administrativa.
- 14** No decorrer do ano letivo:
- 14.1** A mudança de turma tem caráter excecional e deve estar fundamentada pedagógica ou disciplinarmente.
- 14.2** A transferência de Alunos de outras escolas para turmas do agrupamento deve ser analisada por forma a não perturbar o núcleo turma e o correspondente processo ensino aprendizagem.
- 14.3** Os (s) Diretor (es) de Turma devem ser ouvidos nas situações mencionadas em 14.1 e 14.2.

Porto, 8 de janeiro de 2019.

P'O Conselho Pedagógico, Maria Rosário Queirós.